



Ciência Política: Poder e Establishment

2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Data de aceite: 21/05/2021

Data de submissão: 06/03/2021

Avelina Alves Lima Neta

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília – DF

<http://lattes.cnpq.br/3592519803825194>

Angela Vieira Neves

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília – DF

<http://lattes.cnpq.br/5779091231957858>

Flávio Bezerra de Sousa

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Brasília – DF

<http://lattes.cnpq.br/9361237803540346>

RESUMO: O presente artigo¹ tem como objetivo analisar a relação entre ativismo, participação social e os desafios à democracia participativa a partir de um estudo empírico no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Buscamos mostrar as principais questões relacionadas às dificuldades da participação, ao ativismo de seus conselheiros e às ameaças à democracia participativa nesse arranjo institucional. Essa pesquisa teve como metodologia a análise de documentos, entrevistas e questionários aplicados entre os anos de 2018

¹ Esse artigo é fruto da pesquisa em fase de finalização, aprovada pelo CNPq em 2017, sobre o ativismo e o protagonismo da participação da sociedade civil: um estudo através das instituições participativas.

² Esse patrimônio participativo foi fruto de uma construção sólida da sociedade civil através de diferentes instrumentos participativos e movimentos sociais desde os anos de 1980, sendo um legado estimulado durante o governo Lula com a ampliação dos arranjos participativos, ao fortalecer a participação da sociedade civil com o orçamento participativo, conferências, fóruns, conselhos gestores, ouvidorias, comitês, entre outros instrumentos.

e 2019. Os resultados revelam alguns efeitos políticos: um ativismo e participação social muito fortes entre os conselheiros da sociedade civil, na resistência e luta por direitos sociais e políticas públicas; extinção e esvaziamento dos conselhos, com uma ofensiva frontal ao seu funcionamento e; por último, a destruição da democracia participativa, ou seja, um ataque ao “patrimônio participativo”² que foi construído pela sociedade civil desde os anos de 1980 e hoje sofre ameaças autoritárias e perversas que colocam em xeque os direitos sociais e a própria democracia.

PALAVRAS - CHAVE: Participação. Ativismo. Democracia Participativa. Igualdade Racial. Racismo.

ACTIVISM, SOCIAL PARTICIPATION AND THREATS TO DEMOCRACY: A STUDY ON THE NATIONAL COUNCIL FOR THE PROMOTION OF RACIAL EQUALITY – CNPIR

ABSTRACT: This article aims to analyze the relationship between activism, social participation and the challenges of participatory democracy, based on an empirical study at the National Council for the Promotion of Racial Equality (CNPIR). We seek to show the main issues related to the difficulties of participation, the activism of its advisers and the threats to participatory democracy in this institutional

arrangement. This research had as methodology the analysis of documents, interviews and questionnaires applied between the years 2018 and 2019. The results reveal some political effects: a very strong activism and social participation among the civil society councilors, within the resistance and struggle for social rights and public policies; extinction and emptying of councils, with a frontal offensive to its functioning and; finally, the destruction of participatory democracy, that is, an attack on the “participatory heritage” that was built by civil society since the 1980s and today suffers authoritarian and perverse threats that put social rights and democracy itself in check.

KEYWORDS: Participation. Activism. Participatory Democracy. Racial equality. Racism.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre ativismo, participação social e os desafios à democracia participativa a partir de um estudo empírico no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR)³. Buscamos mostrar as principais questões relacionadas às dificuldades da participação, ao ativismo de seus conselheiros e às ameaças à democracia participativa nesse arranjo institucional. Nessa pesquisa, utilizamos o método crítico histórico-dialético, com abordagem qualitativa, por meio de alguns instrumentos, tais como: análise documental, observação das reuniões ordinárias do CNPiR, aplicação de 15 questionários⁴, bem como realização de 07 entrevistas, tendo como alguns indicadores: ativismo e participação social, práticas políticas e ameaças à democracia no contexto de emergência do governo Bolsonaro.

A participação social no Brasil foi uma conquista histórica. Ao longo de sua trajetória, o país é marcado por regimes ditatoriais. Períodos de liberdade democrática sempre foram exceção e não regra. A última e mais intensa ditadura pela qual passou o país ocorreu nos anos de 1964 a 1985. Após esse período, em decorrência de uma ampla mobilização popular da sociedade civil organizada, conhecido como processo de redemocratização, nasce a democracia liberal e representativa, culminando com a Constituição Federal de 1988. Essa é a sétima constituição brasileira desde a independência do país e é conhecida como “constituição cidadã”, por ampliar consideravelmente os direitos civis, políticos e sociais, inclusive estendê-los a segmentos até então desprovidos de quaisquer garantias jurídico-normativas. Além disso, a Carta Magna de 1988 teve como princípio orientador a democracia e a democratização da formulação e gestão das principais políticas públicas do país, principalmente de seguridade social, o que favoreceu, nos anos seguintes, a criação e ampliação de mecanismos de participação social, como fundamento de uma nova institucionalidade democrática (RAICHELIS, 2009).

Naquele contexto, o que estava em jogo na agenda pública era a luta pela democracia contra um regime ditatorial. Segundo Neves (2010), a participação social era “de costas”

³ Essa pesquisa contou com o Apoio do CNPq e com a participação de duas alunas do Programa de Iniciação Científica - 2018-2019, a saber: Leticia Kelly Oliveira Silva e Isadora Ramos dos Santos, graduandas em Serviço Social pela UnB.

⁴ Os questionários foram aplicados em dois dias, 24 e 25 de setembro de 2018. As entrevistas foram realizadas entre março e junho de 2019.

para o Estado autoritário nos anos de 1970/1980. A Carta Magna trouxe uma inédita institucionalidade participativa através do caráter democrático do texto constitucional, instituindo mecanismos de participação e consulta popular, mas também através da previsão do controle social nas políticas sociais. No que se refere especificamente à Seguridade Social, o Art. 194, inciso VII, garante a participação afirmando, em um de seus objetivos, o “caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados” (BRASIL, 1988).

Além deste, referente à seguridade social, outros artigos versaram sobre a participação: Art. 198, inciso III (política de saúde), Art. 204, inciso II (política de assistência social), Art. 206, inciso VI (política de educação), dentre outros. Portanto, a adoção do caráter participativo das políticas públicas no texto constitucional foi um avanço para a democratização da gestão dessas políticas, com a criação dos conselhos gestores paritários⁵, uma vez que “esses espaços públicos participativos vêm expressar a possibilidade de ampliação da participação popular na construção de uma nova cultura política participativa” (NEVES, 2010, p. 49).

Nos anos de 1990/2000 a participação social se torna uma participação negociada e co-gestora com o Estado por meio de diferentes arranjos participativos (NEVES, 2016). Os conselhos erguem-se como órgãos colegiados de formação paritária, cujo objetivo permeia a formulação, gestão e controle de políticas públicas. Assim, os conselhos surgem para aproximar o poder público do cidadão, para compreender o que se apresenta como problema e o que é necessário para a promoção de ações resolutivas para a população e para que esta pressione e cobre o governo por resultados e acesso à tomada de decisões.

É importante destacar que essa participação da sociedade civil foi sendo construída e se consolidando no Brasil tornando-se uma referência internacional com diferentes espaços públicos participativos, principalmente com a experiência exitosa do Orçamento Participativo⁶. É o que conceituamos aqui como “patrimônio participativo do Brasil” que foi construído pela sociedade civil desde os anos de 1970/1980 e hoje sofre ameaças autoritárias, desmonte e destruição que colocam em xeque os direitos sociais e a própria democracia. Esse patrimônio participativo foi fruto de uma construção sólida da sociedade civil com diferentes instrumentos participativos e movimentos sociais desde os anos de 1980, sendo um legado que tem a sociedade civil como o principal personagem e ator desse processo participativo. Essa participação social foi também estimulada durante o

5 Os conselhos gestores de políticas públicas são instâncias de composição paritária entre governo e sociedade civil, geralmente instituídos por leis ou decretos, de caráter consultivo e/ou deliberativo, e têm o papel de atuar no controle democrático de diversos temas e pautas que são objeto de políticas públicas. Embora já houvesse alguns conselhos antes da Constituição Federal de 1988, esta ampliou consideravelmente a previsão e criação de outros para diversas áreas.

6 É importante destacar que, conforme apontou Brian Wampler (2008, p.70) “o orçamento participativo foi reconhecido como um instrumento que levou as prefeituras a reestruturar seus processos tradicionais de formulação de políticas públicas e tornou-se um pacote de reformas vinculados às práticas de boa governança recebendo atenção internacional quando as Nações Unidas incluíram em uma lista das 40 melhores práticas na Conferência do Habitat (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos) em 1996, em Istambul”.

governo Lula com a ampliação dos arranjos participativos, ao fortalecer a participação da sociedade civil com o orçamento participativo, conferências, fóruns, conselhos gestores, ouvidorias, comitês, entre outros instrumentos.

No que diz respeito à luta antirracial, a Constituição de 1988 trouxe avanços jurídico-normativos significativos. Estabeleceu a definição de racismo como crime inafiançável e imprescritível, passível de pena. Isso representou uma vitória para o Movimento Negro, ainda que muito tardia, uma vez que o Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão e só teve a definição jurídica de crime de racismo nessa última constituição.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (BRASIL, 1988).

Ainda assim, o Movimento Negro e outros grupos étnicos só tiveram acesso à participação social institucionalizada após 18 anos da redemocratização brasileira, quando o governo do Partido dos Trabalhadores, representado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, que instituiu a criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR). Nesse sentido, o presente artigo, através de uma pesquisa realizada com os conselheiros da sociedade civil, tem o objetivo de revelar as contradições e desafios desse ativismo e da participação social nesse conselho na luta pela igualdade racial.

2 | NATUREZA, COMPOSIÇÃO E PERFIL DOS CONSELHEIROS DO CNPPIR

O CNPPIR é um órgão colegiado de caráter consultivo. Inicialmente, foi parte constituinte da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República do Brasil (SEPPPIR/PR), a qual era integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), que fornece apoio administrativo e mecanismos para o funcionamento das políticas públicas que buscam abranger os direitos humanos.

Originou-se com a Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, mas só foi regulamentado pelo Decreto nº 4.885 de 20 de novembro de 2003. Posteriormente, teve alterações feitas pelo Decreto nº 6.509 de 16 de julho 2008, que se referem à composição, estruturação, competências e funcionamento do conselho. Atualmente, o CNPPIR está vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, conforme dispõe o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019. Porém, continua com as atribuições do Decreto nº 4.885/2003.

O CNPIR foi fundado com a finalidade de fomentar a inclusão da dimensão racial nas políticas públicas, com o objetivo de ser um mecanismo para proporcionar a participação social e propor políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira, por meio de representações da sociedade civil, empenhada para fortalecer a luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial, com o intuito de colocar na agenda estatal as problemáticas e a promoção de políticas públicas referentes ao tema.

O conselho é paritário, com representantes da sociedade civil e do governo. O CNPIR conta com dezenove conselheiros governamentais, representando órgãos do Poder Público Federal, dezenove conselheiros das entidades da sociedade civil, escolhidas através de edital público, e três notáveis indicados pela SEPPIR. O conselho possui gestão bianual, sendo que ambas as representações possuem mandato de dois anos e têm o direito à reeleição e/ou recondução de mandato por igual período uma única vez.

A representação governamental é realizada por meio de indicação de nomes dos órgãos do Poder Executivo. Já na participação da sociedade civil, as entidades são eleitas por eleição instituída em edital público e os representantes são indicados pelas eleitas que são divididas em segmentos específicos. A tabela 1 elenca a diversidade de representação do conselho.

Nome	Representação	Total
Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR / MDH).	Representação governamental	1
Ministério da Saúde (MS)	Representação governamental	1
Ministério do Trabalho (MT)	Representação governamental	1
Ministério da Justiça (MJ)	Representação governamental	1
Ministério da Educação (MEC)	Representação governamental	1
Fundação Cultural Palmares (FCP)	Representação governamental	1
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDA)	Representação governamental	1
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Representação governamental	1
Fundação Nacional do Índio (FUNAI)	Representação governamental	1
Ministério do Esporte (ME)	Representação governamental	1
Ministério da Integração Nacional (MI)	Representação governamental	1
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Representação governamental	1
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)	Representação governamental	1
Ministério da Cultura (MinC)	Representação governamental	1
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)	Representação governamental	1

Casa Civil (CC)	Representação governamental	1
Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR)	Representação governamental	1
Secretaria de Governo do Brasil (SGOV)	Representação governamental	1
Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM)	Representação governamental	1
Ministério das Cidades (MC)	Representação governamental	1
Rede Amazônia Negra (RAN)	Organização Geral do Movimento Negro	1
Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO)	Organização Geral do Movimento Negro	1
Movimento Negro Unificado (MNU)	Organização Geral do Movimento Negro	1
União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO)	Organização Geral do Movimento Negro	1
Agentes Pastorais Negros (APN'S)	Organização Geral do Movimento Negro	1
Rede Nacional de Negros e Negras Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (Rede Afro LGBT)	Segmento LGBT+	1
Casa de Cultura Ilê Asê D'Osoguiã (CCIAO)	Comunidades Tradicionais de Matriz Africana	1
Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRECER)	Juventude	1
Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN)	Mulheres	1
Grupo de Mulheres Negras Dandaras no Cerrado (GMNDC)	Mulheres	1
Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombola (CONAQ)	Comunidade Quilombola	1
Centro de Estudos e Discussões Romani (Cedro)	Comunidade cigana	1
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Trabalhadores	1
Centro de Artesanatos Tikuna Içaense	Povo Indígena	1
Confederação Israelita do Brasil (CONIB)	Comunidade Judaica, Comunicação, Educação, Pesquisa, Meio Ambiente ou Saúde	1
Federação Árabe Palestina do Brasil (FEPAL)	Comunidade árabe	1
União Nacional dos Estudantes (UNE)	Comunicação, Educação, Pesquisa, Meio Ambiente ou Saúde	1

Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes (FENAFAL)	Comunicação, Educação, Pesquisa, Meio Ambiente ou Saúde	1
Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)	Comunicação, Educação, Pesquisa, Meio Ambiente ou Saúde	1

Tabela 1 - Representação governamental e da sociedade civil

Fonte: Dados documentais do CNPIR, obtidos na pesquisa.

Elaboração: Grupo de Estudos e Pesquisa em Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social- GEPEDSS, UnB, 2018.

Com relação ao perfil sócio-político dos conselheiros, por sexo, o CNPIR conta com 50% de homens e 50% de mulheres. Em relação aos dados educacionais, o conselho conta com pessoas de várias formações, sejam essas acadêmicas ou profissionais, sendo a maior parte pós-graduada, (35,7%), e com ensino médio completo (28,6%), totalizando 64,3%, o que demonstra que a participação da sociedade civil envolve sujeitos formalmente qualificados para o debate com o governo, mesmo sinalizando para uma composição na qual a experiência prática pela militância é o mote que assenta a sua composição.

Em relação à trajetória participativa e ao associativismo dos conselheiros em outros instrumentos de participação, a maioria afirma participar de movimentos sociais (29,3%), conselhos estaduais ou nacionais (29,3%), entidades religiosas (17,1%), Organizações Não Governamentais - ONGs (14,6%) e partidos políticos (9,8%), o que revela uma trajetória de mobilização e participação no terreno da sociedade civil, trazendo muita experiência para o espaço do conselho, que representa uma participação institucionalizada. Esse aspecto é recorrente na literatura sobre participação, o que demonstra a relação entre associativismo, trajetória participativa e democracia. A maioria dos representantes no conselho já possui experiência anterior, o que revela uma expertise sobre o tema e uma identidade com a luta pela igualdade racial.

Nesse sentido, o conceito de associativismo utilizado nessa pesquisa revela o vínculo entre a participação dos conselheiros e sua trajetória política em diferentes movimentos sociais no início da década de 1980. Conforme análise de Boschi (1987), ao afirmar a existência de um modelo democrático-coletivista com graus variados de aproximação ao tipo ideal, segundo o tipo de associação em questão, todas expressam, em alguma medida, um elemento de contra organização e a tentativa de transferir para o âmbito interno a realização de princípios associativos democráticos. A participação se expressaria no esforço de um aprendizado democrático retomado após o longo período autoritário.

Parte-se da concepção de que o associativismo está vinculado à trajetória participativa dos sujeitos em experiências e organizações coletivas, como movimentos

sociais, partidos políticos, sindicatos, associações de bairro, entre outros. Tais experiências buscam uma perspectiva democrática dos sujeitos nos espaços em que atuam, através de uma disputa de hegemonia. Essa trajetória participativa dos sujeitos nessas instituições demonstram a construção de uma identidade coletiva e não individual. Tem-se aí uma relação entre associativismo e democracia.

Entretanto, isso não significa afirmar que todas as experiências associativas possuem uma direção democrática. É o caso da participação às avessas (NEVES, 2016) que, por meio de ações e movimentos coletivos, expressam o caráter heterogêneo da sociedade civil, ao reforçarem posições conservadoras, autoritárias e reacionárias com práticas antidemocráticas. Da mesma forma que os instrumentos de participação social podem contribuir para ampliar a democracia, eles também podem dar vez e voz a movimentos e sujeitos reacionários e autoritários. Portanto, para afirmar que uma dada experiência associativa é democrática ou não é necessário analisar suas práticas e concepções políticas. Pode-se afirmar o mesmo para o ativismo.

3 | O ATIVISMO ENQUANTO LUTA POR DIREITOS: UMA PARTICIPAÇÃO AUTÔNOMA

Um dos indicadores do estudo feito no CNPIR foi o ativismo. Tanto as respostas dos entrevistados, como os resultados da pesquisa mostraram que o ativismo dos conselheiros está essencialmente associado à luta por direitos, cujo pano de fundo reflete a disputa de classes e uma busca pela participação nas decisões políticas desvinculadas da centralização e modulação dos processos participativos. O conceito de ativismo nessa pesquisa está associado a uma ideia de coletivo, social e democrático. De acordo com Abers (2014, p. 148), o ativismo pode ser um tipo de ação “que visa promover projetos políticos ou sociais percebidos pelo ator como de natureza pública ou coletiva”.

Destarte, os conselheiros, sobretudo da sociedade civil, entendem o ativismo e a participação social como instrumentos de formação política, transformação social e mudança, ou seja, são vistos como mecanismos essenciais de conquista de direitos, de controle democrático por parte da sociedade civil. Ser ativista para os conselheiros é lutar por direitos coletivos e pela construção da cidadania. Daí a importância de ocupar esses espaços não apenas para pleitear esses direitos, mas para o próprio processo de amadurecimento e engajamento político. A maioria relaciona o ativismo à sua história de militância em prol de seus próprios direitos, porém direitos esses que pertencem a uma coletividade, conforme se observa em alguns trechos de depoimentos a seguir:

Ativista é você sofrer de racismo, né. Ser um guerreiro, lutar em prol do seu povo e ser uma união. O povo luta por uma causa só, pelo seu direito, pela sua representação, estar junto na luta (ENTREVISTADO 1, REPRESENTANTE DO POVO CIGANO).

Nascer numa sociedade desigual, te exige que você se ative para garantir a sua vida, organizado em termos coletivos politicamente. Isso é a vivência que nos faz cotidianamente estar ativo. Então o ativismo é a forma coletiva de enfrentamento a uma desigualdade histórica e essa desigualdade tem levado a privilégios de grupos, os quais nos oprime cotidianamente. No caso, enfrentar o racismo no Brasil é enfrentar as elites brancas que historicamente levam o seu privilégio com essa construção desumana que é o racismo. Então os negros no Brasil, mesmo que não elaborem um discurso, eles têm que ser ativos na sua garantia à vida. Para nós, o ativismo é estarmos organizados mais do que nunca em coletivos, porque há uma ditadura hoje imposta no Brasil, dentro desse governo, voltamos a uma situação de ditadura. Nós, negros, nunca saímos de uma ditadura, porque nós nunca tivemos o direito de ir e vir. Qualquer negro que sobe e desce na favela sabe que pode ser morto no asfalto, isso não é democracia. Um país que em 2 anos mata 30 mil jovens negros, isso não é democracia. Um país que continua a cada 26 minutos matando uma criança eu não posso chamar isso de democracia. Nós vivemos a ditadura do racismo. Então, por isso nós somos ativistas, nós exigimos do Estado, nós exigimos da sociedade, nós exigimos da ciência outro modelo de sociedade [...] (ENTREVISTADO 2, REPRESENTANTE DO MOVIMENTO NEGRO).

Nas palavras de Scherer-Warren (2014), para além das diversas modalidades de organizações do ativismo civil na sociedade contemporânea e das tentativas de compreensão de suas dinâmicas políticas internas, cabe o destaque para os avanços no campo político da cidadania, que transpassam os referentes às demandas no campo das políticas institucionais e governamentais, construindo-se novos significados simbólicos em prol de uma cidadania politicamente ativa.

Como observado nos trechos das entrevistas, ser ativista significa lutar por direitos, se organizar e se mobilizar no terreno da sociedade civil para o fortalecimento da democracia participativa. Esse ativismo revela um ativismo social e coletivo na busca da construção da cidadania coletiva, participativa e cidadã. É um ativismo que reflete a própria trajetória associativa dos sujeitos. A autonomia desse ativismo é muito importante para demonstrar o grau de organização, lutas, correlações de forças e enfrentamento ao Estado na batalha por políticas públicas, direitos e democracia. Esse ativismo também mostra a luta contra o racismo, a luta do movimento negro por reconhecimento e combate às diferentes formas de discriminação sofridas historicamente na sociedade. Os depoimentos a seguir evidenciam isso.

A minha participação, a minha luta, tem um foco muito direcionado que é o combate ao racismo anti-negro desse país e a luta contra o genocídio da população negra, acho que desde o primeiro dia que pisei na universidade, mas desde o primeiro dia da minha própria história. Meu pai foi o primeiro negro a passar no concurso do Banco do Brasil em Minas Gerais. Então, aos 54 anos, ele estava morto e morto por não dar conta de enfrentar o racismo. O racismo é uma violência simbólica, uma violência física, os dois caminham juntos e acho que estar agora dentro do CNPIR. Houve um momento em que o nosso movimento era contra a participação nos conselhos, já que o

governo brasileiro pós-abolição não fez nenhuma política de reparação para a comunidade negra. O governo segue sendo racista, as instituições de ensino seguem sendo racistas, as universidades continuam sendo eurocêntricas e racistas, ensinando conteúdos que são como se nós vivêssemos na Europa ou vivêssemos hoje na anglo-américa. E até hoje nesses 300 anos a gente não teve um projeto político que reconheça, que assuma e que repare historicamente a barbárie da escravidão no Brasil. É desse Estado que estamos falando, desse Estado de direitos. Nesses 300 anos nenhum Estado de direitos assumiu e fez uma gestão que incluiu a população negra, tudo foi com luta, o CNPIR foi luta, a SEPIR foi luta, e é isso, estamos aqui de novo na luta, porque o racismo institucional continua favorecendo o genocídio (ENTREVISTADO 2, REPRESENTANTE DO MOVIMENTO NEGRO).

Eu penso assim: na minha opinião, o racismo o preconceito e a discriminação vão existir para todo mundo sempre. A gente tem a oportunidade de estar representando cada etnia, cada segmento, cada povo, [...] lutando pelo seu direito para não ser violado [...] (ENTREVISTADO 1, REPRESENTANTE DO POVO CIGANO).

O ativismo começou em 1976 quando sofri o racismo. E mais especificamente a participação no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial se deu há uns seis anos atrás quando nós percebemos que deveríamos fazer um teste se valeria a pena investir no conselho como instrumento para avançar as políticas públicas, então a conclusão nossa foi a seguinte: conselho só é eficiente quando o governo é eficiente, conselho não é eficiente quando governo não é eficiente. E quando o governo é um governo relapso ou de direita, eles, inclusive, nem convocam conselho. Eles têm o atrevimento de enfrentar a política de Estado que é o caso agora do governo Bolsonaro. Bolsonaro, por exemplo, está dificultando ao máximo possível a reunião dos conselhos com a participação dos movimentos sociais. Ser ativista é perceber os problemas que seu povo está sofrendo e reunir força para articular seu povo para enfrentar os problemas: isso é ser ativista (ENTREVISTADO 2, REPRESENTANTE DO MOVIMENTO NEGRO).

Em suma, o ativismo tem como motivação o combate ao racismo, um racismo que, no Brasil, é institucional e estrutural, que relaciona a questão com a classe social e não meramente uma questão da raça restrita a uma abordagem biológica. Ele está enraizado em todas as relações sociais e perpassa todos as esferas da vida: econômica, política, social, cultural e simbólica. Assim, o racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2018a, p. 25).

Para o autor citado, a estrutura social é racista pois, conforme apontado, em todos os espaços tem-se negros em condição subalterna, ora por violência estrutural (ausência de direitos), ora por violência cultural (suposta incapacidade ou incivilidade (GAULTUNG, 1990) e ora por força institucional, como ocorre com o controle policial (ALMEIDA, 2018a). As justificativas (ou, de modo mais apropriado, as desculpas) para manutenção do elemento

raça como fator de inferiorização dos negros apenas são modificadas, mas, até o momento, nunca eliminadas.

E, no Brasil, a população negra sempre esteve à margem da agenda pública. Foram mais de trezentos anos de colônia e de escravidão, que marcaram agudamente a história brasileira. Embora a escravidão não tenha sido exclusiva desse país, ele foi o último do Ocidente a aboli-la. E isso diz muito sobre como as relações sociais foram sendo estabelecidas e como o racismo se engendra e se reproduz em todas os domínios da produção e reprodução social. A abolição em 1888 não aboliu as condições desiguais socioeconômicas, culturais e simbólicas às quais estava submetida a população negra, restando a ela apenas os substratos da ordem capitalista emergente no Brasil nesse período (FERNANDES, 1978).

Não existe democracia racial em um país no qual 73% da população na condição de pobreza é negra (IBGE, 2019), mesmo passados mais de 130 anos da abolição da escravatura. São os pretos e pardos que recebem também os menores salários, que têm menos acesso à habitação e saneamento básico e que estão na base da pirâmide da classe trabalhadora, com os trabalhos e vínculos mais precários, isso quando os possuem. A população não branca também tem uma escolaridade menor e é maioria no trabalho informal, ou seja, sem vínculo empregatício, portanto, sem também proteção trabalhista e previdenciária. Por isso a importância da organização política, do ativismo desses movimentos sociais, nos espaços participativos e em todas as esferas da sociedade, pois assim é possível dar visibilidade ao racismo e lutar por uma outra realidade.

4 | PRÁTICAS POLÍTICAS E AMEAÇAS À DEMOCRACIA

Por ter como foco a participação social, esta pesquisa buscou também analisar os entraves e riscos à democracia participativa nesses espaços institucionais de participação. Considerando os limites do regime político democrático representativo, é importante ressaltar que a democracia participativa tem a função de qualificar esse regime, de democratizar as decisões públicas que afetam a coletividades. Segundo Santos e Avritzer (2003), a democracia participativa favoreceria a inclusão de segmentos socialmente vulneráveis, menos favorecidos e de minorias étnicas não contempladas na democracia representativa, uma forma de complementar o regime político.

A segunda forma de combinação, a que chamamos complementariedade, implica uma articulação mais profunda entre democracia representativa e democracia participativa. Pressupõe o reconhecimento pelo governo de que o procedimentalismo participativo, as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de representação e deliberação tais como concebidos no modelo hegemônico de democracia (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 75-76).

Garantir e fomentar a democracia participativa pressupõe conceber os sujeitos sociais como parte do processo político democrático, contrariando a concepção hegemônica de democracia que considera que apenas uma elite pode e deve tomar as decisões em nome da coletividade. Nos marcos do pensamento hegemônico elitista, que entende a democracia apenas enquanto regime de representação, o povo é excluído do seu próprio regime, de modo que “a ideia de “governo do povo” é esvaziada, na medida em que aos cidadãos comuns cabe, sobretudo, formar o governo, mas não governar” (MIGUEL, 2005, p. 7-8). Sabe-se que, por mais que os espaços participativos sejam atravessados pelas contradições políticas, advindas da heterogeneidade da sociedade civil (DAGNINO, 2004) e da própria correlação de forças existentes no âmbito do Estado, são espaços potenciais de democratização, que precisam ser ampliados e aprimorados.

Para Neves (2016), a ideia de crise da democracia liberal está associada a uma “crise de representação”, que impera no mundo e na sociedade brasileira, mas que tem nos movimentos sociais um contraponto valoroso no sentido de pôr em xeque a falta de transparência, o clientelismo político, a corrupção e a exclusão da sociedade civil nos processos de decisão sobre políticas sociais. Por isso a necessidade e importância da democracia participativa que, na atual conjuntura, é deslegitimada.

Nesse sentido, é mister destacar a observação de Rancière (2014) de que, no debate atual, estamos assolados por uma democracia criminalizada em consequência de uma onda neoconservadora e reacionária. Essa democracia criminalizada pressupõe uma sociedade pautada em valores antidemocráticos, que também se manifesta e se organiza lutando por direitos civis e individuais, porém numa direção contrária aos movimentos mais progressistas da sociedade civil. “É uma “onda participativa às avessas”, que afirma suas posições conservadoras, reacionárias, xenófobas e marcadas pelo moralismo, pelo higienismo da pobreza e suas consequências em um mundo dividido entre classes sociais” (NEVES, 2016, p. 25), que se constitui uma ameaça à democracia participativa que busca reconhecer e ampliar direitos fundamentais. Contudo, essas práticas políticas autoritárias e antidemocráticas são postas em xeque pelo ativismo e participação social democráticos e coletivos.

Assim, é fundamental compreender que esses espaços também são heterogêneos e reproduzem as práticas políticas existentes na sociedade. Em relação a esse aspecto, os conselheiros foram questionados também sobre as ameaças à democracia participativa, como eles percebem os espaços do conselho, se há ou não o sentimento de alguma ameaça à existência desse mecanismo. Sobre essa questão há consenso. A pesquisa mostrou que, nos marcos da emergência do governo Jair Messias Bolsonaro, há uma ameaça real aos conselhos e aos diferentes espaços participativos, percebida por todos os conselheiros. Não há diálogo com os conselhos, com a sociedade civil, o que há é um esvaziamento desses espaços, uma deslegitimação da democracia participativa. Essa ameaça é materializada no corte de direitos sociais, na criminalização dos movimentos

e na acentuação e legitimação do genocídio da população negra e pobre, como se pode observar no depoimento a seguir:

Eu não tenho dúvida dessa ameaça. Assim, hoje, quando nosso presidente incentiva e quer, por meio de decreto, dizer que o exército deve comemorar 1964, é dizer pra gente que ele concorda com tudo que aconteceu, que ele pactua com tudo que aconteceu e que na gestão dele essas pessoas serão endeusadas e assim seria como dizer "e quem sabe que eu não posso fazer isso novamente". Eu me sinto ameaçado, todos os dias, de fato, eu me sinto ameaçado todos os dias, eu tenho medo, receio do comportamento de ódio das pessoas (ENTREVISTADO 2, REPRESENTANTE DO MOVIMENTO NEGRO).

Está [ameaçada]. A gente está diante de um retrocesso. Eu falo que agora é a hora de erguer as forças que mantiveram os quilombos e os terreiros, porque é um momento de retirada. A gente está vendo retirada de direitos, mesmo que os negros tenham alcançado poucos direitos nessa sociedade. A gente acha que é um momento pior, principalmente com a reforma da previdência, que vai retomar as condições de escravidão. Quem vai cuidar dos idosos? Quem cuidou no período escravagista fomos nós, as mulheres negras. Vai colocar de novo no povo negro toda a ausência do direito à vida [...]. Então, recortar a previdência, alongar aposentadoria, tudo isso tem um viés que recai sobre a garantia de vida das populações negras. Agora há uma desqualificação de tudo que a gente conquistou e perseguição dos movimentos sociais, porque tudo que a gente conquistou não foi doado pelo governo, foi com a luta do movimento negro! Então, a perseguição aos movimentos sociais é uma ameaça à vida do povo brasileiro como um todo e esse povo que eu falo é uma maioria negra. Quando a gente coloca que menos de 40 dias esse governo já aprovou mais de 50 agrotóxicos, a gente fala que a gente tá diante de um governo que tem interesse na morte e que está aí com uma sustentação bélica, de uma indústria bélica e que na verdade não representa o povo, mas que ameaça o povo e ameaça as garantias de direitos sociais e ameaça a vida como um todo e aí não há outra forma: agora é hora de luta (ENTREVISTADO 2, REPRESENTANTE DO MOVIMENTO NEGRO).

[...] A SEPPIR hoje é 95% menor do que o tempo áureo dela [...], ou seja, os governos Dilma, governo Temer e governo Bolsonaro, cada um cortou cada vez mais a estrutura da SEPPIR, porque eles não têm muito interesse no tema do negro [...] todos os três foram cruéis para nós negros (ENTREVISTADO 2, REPRESENTANTE DO MOVIMENTO NEGRO).

Observa-se que o desmonte que vem sofrendo as instâncias participativas e as pastas institucionais que tratam da política de igualdade racial também é resultado de governos anteriores, na percepção do entrevistado 2. Porém, o significado de ameaça que os conselheiros têm decorre principalmente da pauta já anunciada em campanha do atual governo: de deslegitimação da luta histórica contra todas as formas de opressão, baseada no negacionismo histórico de mecanismos estruturais de dominação e exclusão, como o racismo, por exemplo.

A pauta se concretiza em meados de abril de 2019, início do mandato, quando

o governo edita o Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu, de uma vez só, centenas de conselhos e órgãos colegiados vinculados à administração pública direta. O argumento usado foi o de “despetizar”⁷ esses espaços, uma concepção equivocada que concebe a participação social como uma pauta partidária. Contrariamente, os espaços participativos foram fruto da luta dos sujeitos, sobretudo da sociedade civil organizada. Extinguir ou esvaziar esses espaços é uma forma de restringir a democracia participativa.

Nesse segmento, a gente não vai poder baixar a cabeça [...]. Tem algumas coisas que estão se desconstruindo, algumas coisas que estão sendo desmontadas. Os conselhos, muitos conselhos, o Ministério da Cultura [...] (ENTREVISTADO 1, REPRESENTANTE DO POVO CIGANO).

O Decreto citado, de nº 9.759/2019, foi alvo de várias ações judiciais, o que levou a uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) – a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6121, ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – que decidiu, em junho do 2019, vetá-lo apenas parcialmente, com base no aspecto jurídico de que os conselhos criados por lei não poderiam ser extintos, mas os demais, criados por decretos e portarias sim. Desta forma, observa-se que a participação da sociedade civil está sendo minada, diante dessa ameaça real, fruto de um governo autoritário e centralizador, que desqualifica os diferentes espaços públicos participativos, esvaziando seus conselhos e promovendo um grande retrocesso no processo de participação social. Por isso, argumentamos que o atual governo não é apenas neoliberal, mas também autoritário.

O discurso neoliberal clássico, baseado no universalismo e no multiculturalismo, não é capaz de amparar enquanto ideologia a necessidade de uma prática política brutal de extermínio e de rebaixamento das condições de vida. Só pessoas capazes de articular um discurso de violência contra minorias, de intolerância e de hiperindividualismo podem dar conta de justificar o estágio atual da economia capitalista, e eles o fazem justamente invocando o direito e com o apoio das instituições de repressão do Estado (ALMEIDA, 2018b, p. 32).

E são práticas como essa, de “anulação da fala” (OLIVEIRA, 2000), dos sujeitos políticos nos espaços participativos, que demonstram essa violência e intolerância às minorias, à diversidade, ao debate, ao conflito político, que são inerentes à democracia. Nesse contexto, a participação social coletiva tem como tarefa lutar contra os retrocessos do governo atual e práticas autoritárias que centralizam o poder de decisão, negando a importância e a construção histórica desse patrimônio participativo representado pelos conselhos.

Para Neves (2016), se vimos de um lado a consolidação democrática de um regime que se instaurou no Brasil após a Constituição Federal de 1988, por outro lado, presenciase uma ameaça no século XXI à democracia, tanto no que diz respeito à sua forma

⁷ Expressão cunhada em alusão à pronúncia da sigla do Partido dos Trabalhadores (PT), cuja gestão ampliou e diversificou os espaços participativos ocupados pela sociedade civil.

representativa quanto no que tange ao seu perfil participativo, expondo e promovendo práticas antidemocráticas que ganham contornos violentos na sociedade brasileira, cujo atual cenário nacional já se tornou prova ocular e histórica.

A democracia manifesta no reconhecimento e na identidade coletiva dos diferentes movimentos sociais espalhados está perdendo espaço para uma concepção autoritária e personalista, porém Holanda (1995, p.141) defende que “[...] o Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o exemplo”. O Estado deve ser o espaço da luta coletiva, travada por diferentes atores sociais na busca de condições dignas de existência.

Das falas apreendidas pelos entrevistados, é notória a afirmativa de que nos encontramos em um cenário de ameaça à democracia, contudo, não se constitui por meio de novas práticas, mas de ações já conhecidas e sustentadas por um histórico de reação da classe burguesa, que ocorre sempre que é pressionada a abrir mão de seu acúmulo de privilégios em prol do avanço de direitos dos despossuídos. Nesse cenário, a ameaça à democracia se cristaliza em decorrência de seu próprio avanço enquanto conceito justo e amadurecido na sociedade atual, cujo flerte com práticas autoritárias põe em risco a solidariedade social e a universalidade de direitos. Esse desmonte do “patrimônio participativo” que está sendo destruído no Brasil ganhou proporções internacionais, o que fragiliza a democracia no país e coloca em alerta países que defendem direitos humanos. Recentemente, a Alta Comissária da Organização das Nações Unidas (ONU), Michele Bachelet, chamou a atenção do mundo ao criticar o desmonte promovido pelo Estado brasileiro em relação aos órgãos de participação da sociedade civil, uma política adotada para esvaziar conselhos e impedir a voz de ativistas. Em seu discurso ela afirmou que:

A contínua erosão dos órgãos independentes de consulta e participação das comunidades também é preocupante. Peço às autoridades que tomem medidas fortes para garantir que todas as decisões sejam fundamentadas nas contribuições e necessidades de todas as pessoas no Brasil (TV DEMOCRACIA, 2020).

O que se observou no estudo, pela percepção dos entrevistados é que a democracia no Brasil está sendo minada: a democracia liberal e representativa, mas principalmente a democracia participativa. Através das diferentes formas de participação social dos movimentos sociais, incluindo a participação institucionalizada, esses diferentes espaços participativos construíram um *background*, um “patrimônio participativo” no Brasil que está sofrendo um desmonte, um esvaziamento, que pode romper a já frágil democracia existente, ou seja, estamos sob o “fio da navalha” democrática.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ativismo social, coletivo, cultural e político representado pelos conselheiros do CNPIR mostra a importância de ser ativista: que é participar, enquanto sociedade civil, das decisões sobre as políticas públicas, na luta pela ampliação de direitos. O estudo mostrou que o próprio Conselho e a SEPPIR foram fruto do ativismo dos movimentos sociais antirracistas no Brasil, evidenciando a força dessa militância também nos espaços participativos. A maioria dos conselheiros possui uma trajetória associativa, ou seja, estão na vivência de espaços de poder e decisão há muito tempo, seja por uma questão própria de sobrevivência, de trajetória pessoal, seja pelo compromisso com a causa.

Evidencia-se que o processo democrático se constitui como um contínuo ciclo em construção, e os espaços públicos exercem um papel fundamental para a efetividade da democracia participativa, uma vez que fomenta uma cultura política coletiva para a população ao contrário do simples interesse particular e corporativo. As entrevistas apontam a importância dada a esses espaços, mas no sentido de não serem reféns da relação entre esses e os posicionamentos centralizados de governo. Apesar da influência que o governo pode exercer nesses espaços participativos institucionalizados, equipados e mantidos por ele, o papel da sociedade civil organizada é fundamental para democratizar os temas pautados e as decisões sobre eles tomadas. Esse é o papel das instâncias participativas: realizar o controle democrático a partir de uma relação mais horizontalizada com a população.

Outro aspecto mostrado na pesquisa se refere ao modo como os conselheiros concebem a democracia participativa na atualidade. Há a percepção de que, no Brasil, a democracia hoje está sendo ameaçada por culturas políticas que estão em disputa pela hegemonia e se contradizem. Há uma participação às avessas (NEVES, 2016) associada a uma militância reacionária, desumanizada, autoritária, que extingue, desmonta e destrói o patrimônio participativo construído por duas décadas pela sociedade civil, que colocou a democracia participativa como centro do debate, fortalecendo as instituições democráticas e seus arranjos participativos.

Nesse contexto, a participação social torna-se muito mais fragilizada diante de um retrocesso histórico de decisões políticas técnicas a portas fechadas, negligenciando uma cultura política participativa, o que argumentamos aqui ser nosso verdadeiro “patrimônio participativo”, que foi construído com muita luta e disputa de hegemonia durante as últimas décadas de 1970, 1980/90 e 2000. A disputa ensejada não é a de que a participação social seja decorrência de um governo ou de outro, mas faz parte de um legado de diferentes bandeiras político-ideológicas, fruto, em especial, dos avanços e conquistas no campo jurídico e democrático – demandado por toda a luta, organização e pressão da sociedade civil – que a Constituição Federal de 1988 possibilitou.

Sem uma sociedade civil organizada, mobilizada e ativa na luta por projetos

democráticos na afirmação de seus direitos, abre-se espaço para uma sociedade engessada, paralisada por uma cultura política do medo. Concebendo a democracia no seu sentido ampliado, enquanto mecanismo garantidor de igualdade e cidadania, Rancière (2014) afirma que essa democracia que permite a igualdade de condições para todos, via reconhecimento de direitos sociais de cidadania, é uma democracia “criminososa”, subversiva, que não põe limites “às ávidas paixões do escândalo democrático”. Por isso o ódio a ela e a consequente criminalização da democracia participativa progressista, que luta por direitos coletivos e não apenas individuais.

Na percepção dos conselheiros do CNPIR, o momento pelo qual passa o país, com um governo explicitamente autoritário e centralizador, é de desmonte de políticas, ainda que insuficientes, que foram construídas historicamente, através dos movimentos sociais que lutam pela igualdade racial. Todavia, argumentam eles, o momento exige, mais ainda, união e resistência por parte deles. Para fazer frente ao atual contexto centralizador do governo Bolsonaro e aos seus desmontes autoritários, é preciso fortalecer e manter esse patrimônio participativo, para que este possa ampliar e qualificar a democracia no Brasil, especialmente tendo o ativismo, enquanto instrumento de mobilizações internas na estrutura social, como instrumento de pressão aos agentes públicos para tomarem decisões com vistas à ampliação da cidadania, sobretudo para segmentos historicamente excluídos da agenda pública.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera. Ativismo na burocracia? O médio escalão do programa bolsa verde. *In*: CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela (Orgs.). **Burocracia de médio escalão**: perfil, trajetória e atuação. Brasília, DF: ENAP, 143-170, 2015.

ABERS, Rebecca Neaera; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. **Sociologias**, v. 13, n. 28, 2011.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018a.

_____. Neoconservadorismo e liberalismo. *In*: SOLANO, Ester. G. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018b.

BACHELET VOLTA A CRITICAR GOVERNO BOLSONARO NA ONU: ALERTA PARA O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO MILITAR NOS ASSUNTOS PÚBLICOS DO PAÍS. **TV Democracia**, São Paulo, 14 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.democracia.tv/bachelet-volta-a-criticar-governo-bolsonaro-na-onu-alerta-para-o-aumento-da-participacao-militar-nos-assuntos-publicos-do-pais/>. Acesso em: 10 out. 2020.

BOSCHI, Renato. **A arte da associação política**: política de base e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 1987.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6121**. Supremo Tribunal Federal, Brasília, Distrito Federal, 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Presidência da República. Brasília-DF. 1988.

_____. **Lei nº 10.678/2003.** Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília-DF.

_____. **Decreto nº 10.174/2019.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Presidência da República. Brasília-DF.

_____. **Decreto nº 9.759/2019.** Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Presidência da República. Brasília-DF.

_____. **Decreto nº 6.509/2008.** Dá nova redação a dispositivos do Decreto no 4.885, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília-DF.

_____. **Decreto nº 4.885/2003.** Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília-DF.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In*: MATO, Daniel (Org.). **Políticas de cidadania y sociedade civil em tiempos de globalización.** Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 95-110, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

MIGUEL, Luís Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais.** São Paulo, 5-42, 2005.

NEVES, Angela Vieira. Ameaças à democracia hoje: desafios contemporâneos. *In*: NEVES, Angela Vieira (Org.). **Democracia e participação social:** desafios contemporâneos. Campinas: Papel Social, 2016.

_____. Espaços públicos e Serviço Social: um desafio ao projeto ético-político. **Revista Sociedade em Debate.** Pelotas, v. 16, n. 1, p. 45-48, 2010.

_____. **Cultura Política e Democracia Participativa:** um estudo sobre o orçamento participativo. Rio de Janeiro: Editora Gamma, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. *In*: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Cecilia. (Orgs.) **Os sentidos da democracia**: políticas de dissenso e a hegemonia global. Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – NEDIC, 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão de políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. *In*: MOTA, Ana Elizabete [*et. al.*], (Orgs.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução: Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, 27(71), 417-429, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200

Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 